



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº 15, DE 2021

Nos termos do artigo 20, XXIV, da Constituição do Estado de São Paulo, combinado com o artigo 166 do Regimento Interno, requiero que se officie ao Senhor Governador do Estado, solicitando-lhe as informações a seguir.

1. Tendo em vista o grande número de mensagens recebidas por esta Parlamentar fazendo referência a outdoors com congratulações ao Governador João Doria espalhados por outros estados da federação, indaga-se: foram gastas verbas de publicidade ou comunicação do Governo do Estado de São Paulo para a confecção de tais materiais? Se sim, qual o montante?

2. Caso esses outdoors tenham sido patrocinados pela iniciativa privada, questiona-se: Quem foram os patrocinadores? Algum desses patrocinadores tem contrato com o Governo do Estado de São Paulo?

3. Na mesma toada, haja vista o grande número de mensagens recebidas por esta Deputada referentes à contratação pelo Governo do Estado de serviços de comunicação digital objetivando identificar internautas que critiquem o Governo, indaga-se: há mesmo um processo aberto para tal contratação? Se sim, há pareceres favoráveis da Procuradoria Geral do Estado?

JUSTIFICATIVA

Após a liberação da coronavac pela ANVISA, esta Deputada passou a receber muitas mensagens e vídeos de pessoas de diversos estados brasileiros tratando de outdoors espalhados pelo país parabenizando o Governador do Estado de São Paulo pela vacina. Muitos entendem tratar de propaganda antecipada a uma futura candidatura à Presidência.

Sabendo que quaisquer questionamentos na seara eleitoral não cabem a esta Parlamentar, o presente Requerimento de Informação busca saber se há recursos públicos envolvidos em tais outdoors.

Não é novidade que a ora subscritora é contra a utilização de dinheiro público em propaganda, tendo, inclusive, protocolizado nesta Assembleia Legislativa o Projeto de Lei 7/2020, que veda o uso de recursos públicos em publicidade e/ou propaganda governamental e institucional fora das hipóteses constitucionais.

Além disso, neste momento, diante de uma pandemia, gastos com publicidade tornam-se ainda mais injustificáveis.

Na eventualidade de não haver recursos públicos envolvidos, imperioso saber se os patrocinadores têm contratos com a Administração Pública, a fim de avaliar os enquadramentos legais cabíveis.

Não menos importante é saber se o Governador pretende, com a contratação de serviços de comunicação digital, instituir um verdadeiro sistema de informação estadual, a exemplo dos que existiam na época da ditadura.

Com fulcro no exposto, esta Parlamentar vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, requisitar que sejam respondidos os questionamentos anteriormente elencados, renovando protestos de elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 3/2/2021.

a) Janaina Paschoal